

## **Narcotráfico e repressão estatal no Brasil**

*um panorama do tráfico de drogas brasileiro*

Thiago M. S. Rodrigues

Ao iniciar-se a década de 1990, um novo panorama no que se refere à geopolítica das drogas na América do Sul se apresenta. A primeira divisão internacional do narcotráfico, consolidada nos anos oitenta conferia às organizações clandestinas do Peru e da Bolívia a função de produtores primário da folha de coca e da pasta base, aos grupos da Colômbia a primazia na transformação da pasta em cocaína e aos bandos criminosos dos países limítrofes a responsabilidade de estabelecer as conexões para que a droga chegasse aos grandes centros consumidores nos Estados Unidos e Europa. Na passagem de um decênio a outro, a configuração do tráfico de drogas muda sensivelmente, principalmente quanto à posição do Brasil no cenário da produção e consumo ilegais de psicoativos. As extensas fronteiras brasileiras com os países andinos e os pouco vigiados portos nacionais continuam operando nas redes de tráfico para os países do norte, todavia, um novo ciclo para o tráfico de drogas no Brasil emerge, conjugando proliferação de grupos narcotraficantes, ampliação da simbiose entre Estado e crime organizado, aumento da violência nas cidades e no campo e o aparelhamento estatal supostamente voltado ao combate às drogas.

Em 1991, é aberta no Congresso Nacional uma Comissão parlamentar de Inquérito (CPI)<sup>1</sup> encarregada de investigar suspeitas sobre o envolvimento de políticos e juízes com o

---

<sup>1</sup> As Comissões Parlamentares de Inquérito são instrumentos permitidos pelo regimento interno do Congresso brasileiro para a investigação de irregularidades no Estado. O poder Legislativo pode, através das CPIs, ultrapassar sua função legisladora para atuar como investigador policial. Amparado no discurso de que o

tráfico de drogas. A mobilização dos congressistas não logrou capturar grandes *capos*, mas resultou na primeira cassação de um deputado federal por atuação no narcotráfico Jabes Rabelo, eleito pelo estado amazônico do Acre, perdeu sua imunidade parlamentar e foi a julgamento na justiça comum. Era apenas a aparição do Acre, estado fronteiro com o Peru e a Bolívia, no cenário das investigações parlamentares sobre o narcotráfico.

### **Vigilância amazônica e narcotráfico**

A Amazônia Internacional é uma planície de 7 milhões de quilômetros quadrados recoberta por floresta tropical, dois quais 4,7 milhões encontram-se em território brasileiro. Dos nove estados amazônicos brasileiros, cinco fazem fronteira com algum dos países andinos onde operam organizações do tráfico e outros dois com o Suriname, importante rota do narcotráfico internacional<sup>2</sup>. A maior preocupação do Estado brasileiro na região é a conservação da soberania sobre este vasto e pouco povoado território. Após o ciclo da borracha no início do século XX, a débil economia local passa a ser alvo de ações estatais que visavam a ocupação econômica do território.

Com a ditadura militar (1964-1985), os projetos para o controle da Amazônia legal são pensados em termos de poder geopolítico nacional. No final da década de 1960 é elaborado o Programa de Integração Nacional, que visava garantir a posse da Amazônia

---

Congresso é a 'representação da soberania popular', o Legislativo confere a si próprio a função de moralizador nacional, intervindo em assuntos considerados pelos deputados como prioridades nacionais.

<sup>2</sup> O estado do *Amazonas* faz fronteira com a Colômbia e o Peru (além da Venezuela); o estado do *Acre* é limítrofe com Peru e Bolívia; *Rondônia* e *Mato Grosso* se limitam a oeste com a Bolívia e *Roraima*, ao norte,

através de sua incorporação à dinâmica econômica do país<sup>3</sup>. Com o final do regime autoritário, a tônica de ocupação geoestratégica da Amazônia não desaparece do discurso estatal. Assim, em 1985 o governo civil de José Sarney lança o Projeto Calha Norte, com quatorze objetivos principais: a demarcação de fronteiras, o apaziguamento dos conflitos entre colonos e indígenas, a vigilância do tráfego aéreo e fluvial na região e, pela primeira vez na retórica, o combate ao narcotráfico. De caráter claramente militar<sup>4</sup>, o Calha Norte não modifica sensivelmente o grau de controle do Estado brasileiro sobre a região amazônica, e está hoje praticamente desativado. Em 1990, o Poder Executivo propõe a criação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), projeto que incorpora ao tema da segurança nacional a questão da segurança ecológica (defesa do patrimônio biológico). São mantidas as preocupações estratégico-militares, com ênfase no combate às rotas do tráfico internacional de drogas.

O SIPAM seria o coordenador de políticas estatais para a região amazônica, ao concentrar a análise de dados obtidos através do cruzamento de imagens captadas por sensoriamento remoto. A estrutura operacional idealizada para o SIPAM foi o *Sistema de Vigilância da Amazônia* (SIVAM), constituído por uma rede de satélites, radares fixos e computadores integrados por tecnologia de ponta em telecomunicações. A estrutura do SIVAM prevê a instalação de três centros regionais (em Manaus, Belém e Porto Velho),

---

faz fronteira com a Venezuela e Guiana. Os outros estados amazônicos são: Tocantins, Pará (fronteira com o Suriname), Amapá (fronteira com Suriname) e Maranhão (zona de transição climática).

<sup>3</sup> Em 1968 entra em operação a zona franca de Manaus (capital do Amazonas); avança a construção da rodovia Transamazônica (nunca concluída), é incentivada a migração de colonos do sul do país (terras são distribuídas e há inúmeros conflitos entre colonos e índios), o incentivo à instalação de indústrias em pólos de crescimento como a zona franca de Manaus.

<sup>4</sup> O governo Sarney, primeiro civil após vinte anos de governos militares, fez questão de prover o Calha Norte de uma aparência não-militar ao prever, além das medidas de segurança, a assistência à população indígena, a melhoria da infraestrutura viária e sanitária, entre outras promessas; contudo, “a maior parte das verbas (46%) foi destinada ao Ministério do Exército (para armamentos, embarcações e melhoria dos quartéis). O Ministério da Marinha vem em segundo lugar (22%) e (...) o Ministério da Aeronáutica em terceiro, com uma

circundados de subcentros operacionais responsáveis pelo gerenciamento dos dados e das imagens captadas. Por sua vez, estes centros estarão conectados ao Centro de Coordenação Geral, locado em Brasília junto à Secretaria de Assuntos Estratégicos. Os objetivos declarados do SIVAM são o monitoramento da região amazônica para a proteção ambiental (identificação de áreas de desmatamento, previsões meteorológicas, monitoramento dos recursos hídricos e das riquezas do solo) e para a coerção das atividades clandestinas (extração de madeiras protegidas, contrabando de fármacos, garimpos ilegais e, principalmente, ao tráfico de drogas)<sup>5</sup>.

. Em 1990, o Poder Executivo propõe a criação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), projeto que incorpora ao tema da segurança nacional a questão da segurança ecológica (defesa do patrimônio biológico). São mantidas as preocupações estratégico-militares, com ênfase no combate às rotas do tráfico internacional de drogas.

O SIPAM seria o coordenador de políticas estatais para a região amazônica, ao concentrar a análise de dados obtidos através do cruzamento de imagens captadas por sensoriamento remoto. A estrutura operacional idealizada para o SIPAM foi o *Sistema de Vigilância da Amazônia* (SIVAM), constituído por uma rede de satélites, radares fixos e computadores integrados por tecnologia de ponta em telecomunicações. A estrutura do SIVAM prevê a instalação de três centros regionais (em Manaus, Belém e Porto Velho), circundados de subcentros operacionais responsáveis pelo gerenciamento dos dados e das imagens captadas. Por sua vez, estes centros estarão conectados ao Centro de Coordenação Geral, locado em Brasília junto à Secretaria de Assuntos Estratégicos. Os objetivos declarados do SIVAM são o monitoramento da região amazônica para a proteção ambiental

---

fatia de 10,5% do montante (...)” ; BRIGAGÃO, Clóvis; *Inteligência e marketing: o caso SIVAM*; Rio de Janeiro; Record, 1996; p. 20

(identificação de áreas de desmatamento, previsões meteorológicas, monitoramento dos recursos hídricos e das riquezas do solo) e para a coerção das atividades clandestinas (extração de madeiras protegidas, contrabando de fármacos, garimpos ilegais e, principalmente, ao tráfico de drogas)<sup>6</sup>.

Idealizado para controle ostensivo da Amazônia brasileira, o SIVAM seria apenas a quarta etapa do *Projeto Cindacta*<sup>7</sup> se o monitoramento da região amazônica não envolvesse questões políticas e estratégicas importantes como a vigilância ambiental (biotecnologia), a repressão ao narcotráfico e a possibilidade de concretização da posse definitiva do Estado brasileiro sobre um imenso território que sempre esteve por ser de fato conquistado. A proposta do SIVAM evidencia que nos círculos militares brasileiros a importância geopolítica historicamente conferida à região do Prata (disputa por hegemonia regional com a Argentina) se desloca para a Amazônia num momento em que o discurso ecológico prega a internacionalização da floresta tropical e que o narcotráfico apresenta ameaças à soberania tradicional (diretamente, pela ocupação de espaços vazios de poder estatal e, indiretamente, pela ameaça constante de uma intervenção norte-americana supostamente direcionada à guerra às drogas).

Com esta gama de interesses em jogo, o SIVAM não poderia ser uma mera continuação dos projetos de vigilância aérea já implementados. O Estado divulga em 1993 que não haveria licitação pública para escolher o consórcio responsável pelo projeto. A convocação para do SIVAM foi distribuída pelas embaixadas em Brasília, resultando em doze propostas para fornecimento de equipamentos para o projeto. Como a questão do

---

<sup>5</sup> Documento da Presidência da República, 1994, citado por BRIGAGÃO; op. cit. p. 53

<sup>6</sup> Documento da Presidência da República, 1994, citado por BRIGAGÃO; op. cit. p. 53

monopólio do controle das informações estratégicas se apresentava como cerne das preocupações estatais, a empresa Esca, de capital brasileiro, foi escolhida de antemão para ser a gerenciadora nacional do SIVAM. Analisadas as propostas, restaram dois consórcios em disputa: o grupo Raytheon, dos Estados Unidos, e o Thomsom/Alcatel, da França. Começa, então, uma disputa diplomática envolvendo representantes dos governos francês e norte-americano que culmina na denúncia, por parte da CIA, de que o consórcio francês havia subornado altos funcionários do governo brasileiro. O mal-estar diplomático gerado, não impediu a vitória do grupo Raytheon, com o projeto orçado em 1,4 bilhões de dólares. Além dos centros regionais previstos; o projeto aprovado prevê a instalação de quatorze radares fixos, oito móveis (aéreo-transportados em aviões Embraer de fabricação brasileira), além da elaboração de um software específico para o cruzamento de informações e imagens captadas por diversos satélites artificiais.

O sigilo que envolveu a contratação da Raytheon, a ausência de concorrência pública e de transparência na divulgação das informações sobre o SIVAM por parte do governo, as suspeitas de ingerência norte-americana (pressões diplomáticas a favor do consórcio estadunidense) e a obtusidade quanto ao gerenciamento de informações estratégicas levantaram suspeitas sobre a lisura do projeto, causando acalorada polêmica na opinião pública e nos círculos políticos da capital federal. Em 1995, veio o afastamento da Esca de suas funções de mantenedora nacional do SIVAM, ao se descobrir que nove funcionários da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (órgão do Ministério da Aeronáutica envolvido na implantação do projeto) estavam ligados à Esca como funcionários ou prestadores de serviço. A crise política gerada com tal revelação

---

<sup>7</sup> O Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA) é um projeto desenvolvido desde 1981 pelo Ministério da Aeronáutica para o monitoramento do espaço aéreo brasileiro. Três etapas do

quase obriga o presidente Fernando Henrique Cardoso a cancelar o contrato com a Raytheon. A solução para o impasse foi o deslocamento da função de operador nacional da tecnologia fornecida pela Raytheon para o Ministério da Aeronáutica; militarizando de fato o controle do projeto.

O projeto SIVAM nasce, portanto, envolto em polêmicas estratégicas (quanto à posse dos dados e dos programas de computação especialmente desenvolvidos); orçamentárias (já que o Tribunal de Contas da União identificou irregularidades no processo de contratação da Raytheon) e políticas (a questão do controle militar num país cujo discurso democrático tenta se firmar após décadas de regime autoritário). Dessa forma, o SIVAM previsto para entrar em funcionamento parcial a partir de 1998, não deve entrar em operação antes de 2001. O monitoramento do espaço aéreo e do solo amazônicos surge como peça estratégica fundamental para o Estado brasileiro, num momento em que se procura tomar posse de uma vastidão historicamente sem presença efetiva do aparelho estatal e que, hoje, é cenário do mais dinâmico pólo do narcotráfico latino-americano.

Segundo a Polícia Federal brasileira, em 1999 havia sete organizações do tráfico de drogas em ação na Amazônia<sup>8</sup>. Eram grupos que articulavam as rotas do contrabando de entorpecentes e precursores químicos para o refino da pasta base de coca. O movimento

---

CINDACTA estão em funcionamento, rastreando as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

<sup>8</sup> As organizações são: a) Organização Rivera, liderada por Vicente Wilson Rivera Gonzalez, colombiano que vive em Bogotá, seu filho, Vicente Rivera Ramos, está preso em Manaus; b) Organização Porras, criada por Evaristo Porras, colombiano, acusado do assassinato do ex-ministro da Justiça colombiano Lara Bonilla; desde sua prisão em 1995, seu irmão Henri Porras chefia o grupo; c) Organização Cachique Rivera, chefiada pelos irmão Cachique Rivera, o grupo é uma dissidência da organização Porras que compra pasta base no Peru e a leva a laboratórios na Colômbia, usando o território brasileiro como passagem; d) Organização Chico Matos, dissidência da organização Rivera liderada pelo brasileiro Francisco Matos, atualmente preso em regime semi-aberto; e) Organização Dom Papito: Liderada pelo paraguaio Ramon Mendonza, fornece armas para as FARC em troca de cocaína, vendida a traficantes brasileiros para o consumo no sul do Brasil; f) Organização Zarak: grupo especializado no tráfico de insumos químicos brasileiros e norte-americanos para o refino da coca na Colômbia e no Brasil; Organização Stela: chefiada por uma colombiana conhecida somente pelo prenome, atua no refino da coca mantendo relações com a organização Porras. Fonte: Relatório da Polícia Federal publicado no periódico Folha de São Paulo em 21 de novembro de 1999.

completo do narcotráfico amazônico pode ser assim descrito: a) a pasta base peruana entra no Brasil pelo estado do Acre ou pela cidade de Tabatinga (fronteira do estado do Amazonas com o Peru); b) são levadas para o território colombiano para o refino ou são refinadas em laboratórios instalados na selva brasileira; c) a cocaína colombiana entra novamente no Brasil (em pequenos aviões ou camuflada em barcos) e segue para Manaus, Belém ou, por via fluvial, até o Suriname, de onde são despachadas principalmente para a Europa. O Brasil amazônico deixa de ser somente corredor para o trânsito de cocaína para o exterior, e passa a ser importante local de processamento de pasta base. A pasta que entra pela fronteira sul da Amazônia (estados de Rondônia e Mato Grosso) tende a ser refinada em território brasileiro com o objetivo de abastecer o mercado interno, localizado principalmente no Centro-sul do país. Nesta região, o intercâmbio entre traficantes brasileiros se dá em maior escala com organizações bolivianas.

### **O crime organizado em simbiose com o Estado**

Em 1996, um crime escandaliza Rio Branco, capital do estado do Acre. O corpo de Agilson Firmino, motorista que trabalhava para organizações do narcotráfico, amanhece no centro da cidade sem os braços e pés. As investigações policiais conduzem ao nome de Hildebrando Pascoal, oficial retirado da Polícia Militar do estado, e então deputado federal<sup>9</sup>. As suspeitas do envolvimento do deputado com o tráfico de drogas e com grupos de extermínio só cresceram com as investigações levadas a cabo no Congresso nacional

---

<sup>9</sup> Firmino fora torturado a mando de Pascoal porque supostamente saberia o paradeiro de José Hugo Ferreira Jr., assassino de Itamar Pascoal, irmão de Hildebrando. Dias antes da execução do motorista, o filho deste, de apenas 15 anos, foi morto pelo grupo de Pascoal. Em 1997, José Hugo foi encontrado morto no estado do Pará, decapitado.



sobre Oleir Cameli, governador do Acre de 1995 a 1998, acusado de chefiar um grande esquema de tráfico de pasta base e cocaína do Peru para Manaus, e de lá para a Europa. As atenções dos parlamentares brasileiros voltaram-se para o Acre e para os indícios de que o estado amazônico desenvolvia um ‘modelo colombiano’ de infiltração do crime organizado nas esferas de poder institucionais. Em abril de 1999, o poder Legislativo instaura uma CPI específica para apurar as denúncias de simbiose entre Estado e narcotráfico. Conhecida como *CPI do Narcotráfico*, a comissão dos deputados federais aponta Hildebrando Pascoal como um grande líder do tráfico, responsável pela manutenção da impunidade aos traficantes acreanos presos e pelo comando das ordens de execução aos inimigos e traidores do grupo<sup>10</sup>. O deputado é cassado em setembro de 1999 e preso em seguida.

Nos depoimentos recolhidos pela CPI, surgem novas informações sobre um esquema de tráfico de drogas, armas e cargas que opera em vários estados brasileiros e estabelece conexões com outros países. As conexões estaduais envolvem deputados estaduais e federais, além de policiais e juízes que operam uma rede de roubo de cargas, tráfico de drogas e armas, desvio de fundos públicos e lavagem de dinheiro. O principal negócio destes grupos consiste no roubo de caminhões e suas cargas (de preferência equipamentos eletrônicos e cigarros) que são levados à Bolívia e lá trocados por cocaína. A cocaína entra pela fronteira centro-sul do Brasil e é distribuída principalmente para consumo nos grandes centros urbanos da região<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Dois meses após o início da CPI, um avião cargueiro Hércules C130 da Força Aérea Brasileira foi interceptado na cidade de Recife (estado de Pernambuco) com 33 kg de cocaína que teriam sido embarcadas no Rio de Janeiro com destino à Europa.

<sup>11</sup> A CPI do Narcotráfico identificou quatro ramos das conexões entre os estados que podem ser esquematicamente descritas assim: a) Acre-Pará: entre estes dois estados os grupos movimentam cargas roubadas de caminhões, armas e lavagem de dinheiro do tráfico de drogas; b) Piauí-Ceará: entre estes dois outros estados o desvio de fundos para a saúde e educação encobririam a lavagem de dinheiro; c) Piauí-Maranhão: os caminhões e cargas roubadas transitariam entre estes dois estados antes de seguir para a Bolívia e d) Alagoas-Acre-Maranhão: principal conexão chefiada por Hildebrando Pascoal e pelo também deputado

A descoberta do ‘cartel acreano’ e das conexões estaduais revelam que no Brasil existem, além dos conhecidos grupos do varejo nas favelas de São Paulo e Rio de Janeiro, importantes organizações oligopólicas<sup>12</sup> responsáveis por várias etapas do tráfico de drogas e que transitam pelos veios institucionais brasileiros. A simbiose entre o crime organizado e os poderes públicos no Brasil nos apresenta um país que transcendeu a mera posição de passagem para os grupos andinos e que apresenta um alto grau de complementaridade entre Estado proibicionista e organizações clandestinas, que configura uma *simbiose necessária* e não um parasitismo, como o discurso anti-drogas se esforça em pregar<sup>13</sup>

### **Oligopólios e a repressão estatal**

O crescimento das ações do narcotráfico no território brasileiro na década de 1990, foi acompanhado pelo incremento das iniciativas estatais que visam combater este quadro.

---

Augusto Farias (irmão de Paulo César Farias, tesoureiro do presidente Fernando Collor - 1990/1992- que renunciou à presidência ante a iminente cassação por denúncias de corrupção), este grupo se encarregaria da troca dos produtos roubados no Brasil pela cocaína boliviana. A droga entraria sob a responsabilidade de Antonio da Graça, o “Rei do Pó”, preso em 1997 e com ligações com o ex-governador do Acre, Oleir Cameli.

<sup>12</sup> Partindo da definição de Krauthausen & Sarmiento (1991), vamos contra a idéia de que o narcotráfico internacional se estrutura em cartéis ou gigantescas organizações, mas antes em grupos pequenos e em pouco numerosos no cenário mundial (daí classificá-los com oligopólios). Grupos que não dominam todas as etapas do tráfico (plantação, processamento, transporte, vendas e lavagem de dinheiro) e mantêm associações voláteis e temporárias para dar seguimento a seus negócios. Assim, as ‘empresas narcotraficantes’ que dominam a inteligência do negócio (aquelas que tem penetração nas forças de segurança e nas instituições políticas e financeiras e possuem saber acumulado das rotas para a droga e estratégias de ação) conformam o que os autores chamam de ‘setor oligopólico’, o mais rentável e menos violento. A grande violência se concentra no setor varejista, onde grupos criminosos disputam território e clientela. Este é o ‘setor competitivo’, aquele que sofre as investidas policiais e que possuem atores facilmente substituíveis.

<sup>13</sup> A imagem da simbiose procura ilustrar quanto o narcotráfico e Estado se completam, ainda que com interesses de ordens distintas. Para as organizações da droga, a manutenção da proibição e da repressão ineficientes de um largo leque de drogas psicoativas amplamente desejadas e consumidas, maximiza os lucros do negócio, ao tempo em que a facilidade com que conseguem influência nas instituições públicas garante que os canais estatais se abram aos objetivos do crime organizado. Por outro lado, a Proibição às drogas fornece ao Estado uma importante justificativa para a intervenção na sociedade, através da repressão à produção e consumo ilegais que, na realidade, insidem diretamente sobre o usuário e sobre o traficante varejista (geralmente proveniente das classes sociais baixas). A guerra às drogas é ineficiente para desbaratar os setores oligopólicos, mas é extremamente operacional como uma estratégia política de controle social. A simbiose se dá, portanto, não só na penetração do aparelho estatal por envolvidos com tráfico de drogas, como na perpetuação de um modelo repressivo vantajoso para ‘perseguidor’ (Estado) e ‘perseguido’ (narcotráfico).

O primeiro movimento importante foi a elaboração do já comentado SIVAM, ainda inoperante. Em outubro de 1998, entra em vigor o Decreto no. 2.632 que, emendando a Lei Anti-drogas de 1976, cria a Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD), órgão ligado ao poder Executivo, que deveria coordenar as ações de combate ao tráfico e prevenção ao consumo de drogas no Brasil. Desde o início houve choque de competências, já que constitucionalmente o papel de repressão às drogas cabe à Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça. O impacto da disputa entre os órgãos levou a Presidência a redefinir o papel da SENAD, que hoje tem menos autoridade que a PF<sup>14</sup>. Cerca de seis meses depois, o Poder Legislativo instala a já comentada CPI do Narcotráfico, a segunda do gênero a ser instaurada na década. Ainda em 1999, o governo organiza uma grande operação para coibir a plantação de maconha no nordeste brasileiro. Coordenados pela SENAD, Polícia Federal, Exército, Aeronáutica e Marinha ocuparam entre novembro e dezembro a região conhecida como Polígono da Maconha (estado de Pernambuco), queimando plantações e prendendo camponeses. A Operação Mandacaru, como foi chamada, consumiu cerca de 4 milhões de dólares e foi ineficaz para erradicar a produção de maconha, voltada principalmente para o mercado interno<sup>15</sup>.

No primeiro semestre de 2000, o governo, impelido pelo aumento dos índices de criminalidade no país, cria o Plano Nacional de Segurança Pública, tentativa de federalizar

---

<sup>14</sup> Em abril de 2000, o ministro da justiça José Carlos Dias “foi afastado (do cargo) após criticar o chefe da SENAD, Walter Maierovitch, por este ter antecipado em entrevista uma operação sigilosa preparada pela Polícia Federal para a fronteira com a Bolívia. Maierovitch caiu em seguida.” MAGALHÃES, Mário, *O Narcotráfico*; São Paulo, Publifolha, 2000; p. 48. O choque entre Dias e Maierovitch fortaleceu o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, homem próximo ao presidente e responsável hierárquico da SENAD e coordenador de fato das medidas de repressão sugeridas pelo Poder Executivo.

<sup>15</sup> Na tentativa de impedir que os agricultores retomassem as plantações de maconha, o governo lançou uma linha de crédito bancário para que a substituição de colheitas fosse implementada na região. Contudo, segundo dados da Polícia Federal, um pequeno cultivo de tomates que renderá aproximadamente US\$400 anuais ao pequeno camponês, se transforma em US\$ 80.000 se a área cultivada produzir maconha.

o combate ao crime, com o repasse de 1,5 bilhões de dólares para os estados até 2002. Em adição, o Estado brasileiro cria o Subsistema de Inteligência vinculado à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), encarregada de centralizar as análises de informações estratégicas<sup>16</sup>.

Na última semana de setembro de 2000, foi lançado pelo Ministério da Justiça, a Operação Cobra (das iniciais de Colômbia e Brasil). A ação que congrega, sob direção da Polícia Federal, as Forças Armadas e a Abin, visa fortalecer a fronteira entre Brasil e Colômbia para impedir que narcotraficantes, guerrilheiros e camponeses colombianos se transfiram para território brasileiro após o início do Plano Colômbia (ajuda norte-americana ao combate às drogas no país). Último movimento estatal planejado para este ano, o governo prevê o aporte de US\$ 6 milhões para manter o Cobra até 2003<sup>17</sup>.

O Estado brasileiro parece haver constatado que existem *organizações oligopólicas* do narcotráfico agindo no país e penetrando os circuitos institucionais. Há, por parte da opinião pública, a sustentação de um forte ‘discurso epidemiológico’ que, num tom catastrofista, insiste em diagnosticar o alastramento do uso de drogas e da corrupção das instituições pelo crime organizado, fatos que tornariam o Brasil uma quase-Colômbia. Sem dúvida, parece evidente que o Brasil sai da posição passiva de corredor para o fluxo de drogas andinas e se transforma não só em pólo produtor, como em centro consumidor. Deste modo, o país estaria deixando de ser apenas um *Estado sensível ao tráfico de drogas*,

---

<sup>16</sup> A polêmica em torno da Abin se centra no fato de que a esquerda brasileira teme a rearticulação do Sistema de Inteligência (SNI) operante na ditadura militar (1964-1985). Contudo, a Abin sustenta um discurso ‘democrático’ segundo o qual serão combatidos os novos ‘inimigos nacionais’: o crime e a violência (podendo ler, nas entrelinhas, narcotráfico).

<sup>17</sup> O centro operacional do Cobra está em Tabatinga cidade do estado do Amazonas situada na fronteira com Peru e Colômbia. Nela está o Grupo de Gerenciamento de Crise composto por representantes da Abin, Receita Federal, Forças Armadas e Ministério das Relações Exteriores. No dia 03 de outubro de 2000, representantes do National Affairs Section (NAS) e Drug Enforcement Administration (DEA), agências norte-americanas, foram levados à Tabatinga e acenaram com a possibilidade dos EUA aumentarem o auxílio para o combate às drogas de US\$ 1,2 milhões ao ano para US\$10 milhões anuais. Folha de São Paulo; 04 de outubro de 2000.

para desenvolver organizações próprias e aprofundar características únicas de simbiose entre os grupos clandestinos e o Estado. No entanto, o Brasil não pode ser considerado um país onde o aparelho estatal opera por e para o narcotráfico<sup>18</sup>. De fato, em regiões como o estado do Acre a penetração dos grupos traficantes alcança níveis semelhantes aos identificáveis na Colômbia, contudo, a disseminação do crime organizado nas altas esferas públicas ganha fôlego no país a menos tempo que no Estado vizinho e com ritmo muito particular. O alarmismo que ecoa pela mídia brasileira parece operar como produtor de uma situação de exceção ideal para gerar consenso no esforço estatal de ampliação da repressão ao tráfico e consumo de drogas.

Contribuição para o verbete "Brésil" in: Labrousse, Alain (org.) *Dictionnaire Géopolitique des drogues*. Bruxelas, DeBoeck, 2003.

---

<sup>18</sup> Neste momento opero com as categorias propostas por Labrousse & Koutouzis (1996) e Somoza (1990). Segundo os primeiros autores, o Brasil poderia ser classificado como um *Estado Sensível*, ou seja., aquele “pays qui reçoit de front ou côtoit le trafic de drogues, et que est menacé de devenir un État sous influence”. Seguindo as categorias de Labrousse & Koutouzis, o Brasil do final da década de 1990 seria um *Estado sob Influência*, caracterizado como o “pays dans lequel des membres de l’appareil d’État sont impliqués à titre individuel dans le trafic de drogues à tous les niveaux” (p. 83) aproximando-se do que Somoza chama de Narcocracia Informal: “sistema político indiferente, de esquerda ou direita, condicionado pela necessidade ideológica ou legal de mostrar-se como uma instituição decidida a suprimir sua principal atividade econômica, isto é, a produção ilegal de drogas. Esse sistema permite ao governo continuar a professar sua adesão à ‘guerra às drogas’, e através dela defender seus próprios interesses, pois organizando uma força armada antidroga, pode vir a utilizá-la na repressão seletiva de seus inimigos políticos” (p.48). Para utilizarmos minimamente a definição de Somoza é fundamental ressaltar que o narcotráfico é atividade econômica importante, mas não é a principal fonte de produção de riqueza no Brasil.